

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 767 DE 2017**

Altera a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, e a lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da carreira de perito médico previdenciário e da carreira de supervisor médico-pericial, e institui o bônus especial de desempenho institucional por perícia médica em benefícios por incapacidade.



**EMENDA MODIFICATIVA**

Modifique-se o Art. 4º da MP 767 de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O BESP-PMBI será devido ao médico perito, aos técnicos e analistas previdenciários envolvidos na perícia do Instituto Nacional do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS por cada perícia médica extraordinária realizada nas agências da Previdência Social, em relação a benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS há mais de dois anos, contados da data de publicação desta Medida Provisória para incluir as categorias a expressão. (NR)

§ 1º Para fins do disposto no caput, perícia médica extraordinária será aquela realizada além da jornada de trabalho ordinária, representando acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de perícias médicas pelo médico perito, técnicos e analistas previdenciários que auxiliam o trabalho do médico perito. (NR)

§ 2º Ato do Poder Executivo regulamentará o bônus a que fará jus a categoria de técnicos e analistas previdenciários em níveis compatíveis com as dotações orçamentárias previstas. (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A extensão do bônus aos técnicos e analistas previdenciários é medida legítima que reconhece o trabalho exercido por estas categorias, sem o qual não seria possível a realização da perícia realizada pelo profissional médico. Cabe esclarecer que o direito só poderá ser extensivo aos profissionais envolvidos no trabalho da perícia médica.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2017.

Deputado Assis Melo  
PCdoB/RS